

## **INTERVENÇÃO DE TIAGO PITTA E CUNHA ENTREGA DO PRÉMIO PESSOA**

**Exmo. Senhor Presidente da República,**

**Exmo. Senhor Ministro da Cultura,**

**Exmo. Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática,**

**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,**

**Exmo. Senhor Reitor da Universidade de Lisboa**

**Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos**

**E**

**Exmo. Senhor Presidente da sua Comissão Executiva,**

**Exmo. Senhor CEO do Grupo Impresa,**

**Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Membros do Júri do Prémio Pessoa,**

**Demais Entidades aqui presentes,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Em primeiro lugar, muito obrigado ao distinto Júri do Prémio Pessoa, que se lembrou de me escolher e que tomou a decisão de me designar. Sem poder nomear todos os seus membros faço-o nas pessoas dos seus presidente e vice-presidente, Francisco Balsemão – que por razões de força maior não pode estar presente - e Emílio Rui Vilar, ambos com quem pude falar na altura do anúncio do Prémio, e por quem tenho grande admiração.

Ao Júri quero dizer também – na esperança de que isto vos traga algum sossego – que além do sentimento de gratidão, sinto igualmente o peso da responsabilidade, e espero que esse peso me mantenha os pés bem firmes na terra.

Estou também muito grato à minha família porque, mesmo quando se começou a tornar claro que pretendia trocar uma carreira auspiciosa no mundo do direito e da advocacia, que é o mundo tradicional da minha família, pela quimera de servir a causa do mar, uma causa difusa, e que era quase incompreensível há 20 anos atrás, ainda assim, surpreendentemente, desde o início e sempre desde essa altura me apoiou. Agradeço aos meus pais, ao meu padrasto, que nos deixou há apenas dois anos, e à minha madrasta, aos meus irmãos e cunhados, aos meus sobrinhos, tios e primos, quase todos de alguma forma aqui representados. E agradeço, claro, aos meus filhos, à mãe deles, e à minha namorada e companheira, por esta ordem cronológica, claro está.

Tenho a convicção que este Prémio é, não apenas o prémio de uma pessoa, mas que premeia também uma visão, persistente, mesmo teimosa, do papel que o mar tem para o futuro do nosso planeta e para o futuro, diria mesmo, para o presente do nosso país. Por isso mesmo, não posso deixar de pensar que é um prémio também para a Fundação Oceano Azul, a que tenho dedicado toda a minha energia nos últimos mais de seis anos. Esta Fundação, pelos seus recursos, pela sua organização e pela competência e entusiasmo da sua equipa veio permitir, até pelo reconhecimento internacional que tem vindo a alcançar, tornar mais clara e mais óbvia a opção de nos aliarmos ao oceano. Devo deixar aqui uma palavra especial a quem tornou a Fundação possível: A Alexandre Soares dos Santos, que compreendeu que o cruzamento do destino de Portugal com o oceano será mais importante este século e deve começar a ser preparado, bem como ao seu filho José, que é o Presidente da Fundação e que se tem dedicado com um empenho excepcional à sua construção. Sem ele a Fundação não seria o que é hoje.

Por fim, mas não por último, não posso deixar de destacar algumas pessoas que foram importantes apoiantes da causa do mar, no meu percurso. Logo no princípio de tudo, o Embaixador António Monteiro, na altura Representante Permanente de Portugal nas Nações Unidas, que compreendeu, antes de todos os outros, a importância que a liderança de Portugal nos temas internacionais do oceano podia ter para a nossa ação externa. Nessa linha, também gostaria de referir os Embaixadores Nuno Brito, Domingos Fezas Vital e Álvaro Mendonça e Moura, igualmente por esta ordem cronológica. Também assinaláveis no início do meu percurso, em Nova Iorque, foram as conversas com o Professor Mário Ruivo, um indefetível entusiasta desta causa.

No plano político, devo referir o então Primeiro Ministro e depois Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que terá ficado convencido da importância geoestratégica do tema do mar para Portugal, a quando da apresentação das conclusões da Comissão Estratégica dos Oceanos, de que fui coordenador no dealbar deste século, e que foi a primeira vez na Europa que se pensou uma política para o mar. Dessa

Comissão que incluiu tantas personalidades, não quero deixar de recordar o nome do Almirante Vieira Matias, que foi um bom amigo e um grande promotor da causa do mar nacional.

Outro momento importante foi a adoção em 2007, em Bruxelas, da Política Marítima Integrada da União Europeia, à data sob presidência portuguesa, onde teve um papel de grande destaque o então Secretário de Estado da Defesa e do Mar, o Embaixador João Mira Gomes. Foi ele, juntamente com o Comissário dos Assuntos Marítimos, o Comissário Joe Borg, de Malta, em cujo Gabinete trabalhei, que liderou a construção dessa nova política europeia, que continua em desenvolvimento, e que teve uma impressão digital portuguesa tão forte no seu nascimento.

Contudo, quem teve a persistência e, devo dizer, a coragem de trazer o mar para o centro dos debates políticos, porque naquela altura o tema do mar era ainda percebido em Portugal como um assunto, se não esotérico, pelo menos exótico, foi o Presidente Cavaco Silva, que efetivamente “normalizou” o mar na vida política portuguesa, e esse legado deve ser reconhecido.

Porque estou a referir-me a decisores políticos, não quero deixar também de destacar a disponibilidade e a atenção que sempre recebi, quer do Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, quer do Senhor Primeiro-Ministro, António Costa. Muito obrigado a ambos.

Termino estes reconhecimentos com uma palavra de desculpa a todos aqueles que porventura deveria ter também mencionado e que pelo tempo limitado não tenha referido. Sei que são muitas mais as pessoas a quem estou grato e que deveria nomear.

Minhas senhoras e meus senhores,

É hoje quase um lugar-comum dizer-se que vivemos tempos de grande turbulência. Tempos voláteis para seguir com a terminologia mais corrente. Na verdade, não é nada por que não tenham passado também os nossos predecessores em períodos equivalentes dos séculos XIX e XX. No início do século XIX sentia-se ainda a turbulência da revolução francesa e da independência dos Estados Unidos, com a consequente mudança de regime político do absolutismo para as monarquias constitucionais. No início do século XX tivemos a Primeira Guerra Mundial e se isso não bastasse ainda tivemos uma pandemia, e uma grande recessão, acompanhada de mudanças marcantes na Europa, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a aceleração da industrialização maciça das economias.

Neste início do século XXI, voltamos a defrontarmo-nos com a mudança de grandes paradigmas: no plano tecnológico, transitamos vertiginosamente da sociedade analógica, em que cresci, para a sociedade digital e a sociedade da inteligência artificial. No plano político, a pax americana do pós-guerra fria deu lugar à volatilidade política, com o Brexit e a eleição de Donald Trump a serem cumes de realidades, onde as políticas nacionalistas ganham terreno. Na Europa os partidos nacionalistas constituem-se como forças desagregadoras do grande consenso europeu forjado nos pós Segunda Guerra Mundial. A França hoje é um exemplo flagrantemente claro desta situação.

A estes cenários junta-se a atual, mas tão tardia, compreensão de que estamos irreversivelmente (repito irreversivelmente) a delapidar o planeta, em particular o oceano que é o suporte da nossa e de toda a vida na Terra e que temos a necessidade imperiosa de combater a crise climática, mudando de paradigma económico: da economia linear, extrativa, assente na queima de combustíveis fósseis, e na exploração sem limites dos recursos naturais, que ainda são a nossa economia do presente, pretendemos migrar para a nova economia verde, onde almejamos alcançar uma economia circular, assente em energias renováveis, num modelo de consumo mais moderado e em novas dietas alimentares. Se a tudo isto ainda adicionarmos uma pandemia, como a que vivemos nos últimos dois anos, e uma nova, desnecessária e brutal guerra na Europa, como evitar não nos compararmos ao início do século XX?

Portugal, como os demais países, sente essa turbulência. Sofre com essa turbulência. Mas tempos turbulentos, são também e sempre tempos de oportunidade.

Ora, para Portugal, um país que do ponto de vista do seu crescimento económico está longe de ter tido uma trajetória bem-sucedida nas últimas duas décadas, saber descortinar essa oportunidade é verdadeiramente essencial.

Tão essencial quanto a perspectiva a que devemos recorrer, para enquadrar a nossa ação atual e futura, não deve ser apenas a das últimas duas décadas, mas sim a dos dois últimos séculos. Com efeito, Portugal chegou profundamente atrasado aos séculos XIX e XX e desde então tem andado a debater-se entre estar mais atrasado e menos endividado (como durante o Estado Novo) ou estar menos atrasado, mas mais endividado, como estamos hoje. Ou seja, a realidade, por mais dura que seja, é que, pelo menos, nos últimos dois séculos, ou nas últimas dez gerações, o nosso país, não obstante manter uma resiliência férrea na defesa da sua autonomia política, não conseguiu adotar um modelo de desenvolvimento económico suficientemente próspero, capaz de gerar o crescimento económico e social que os portugueses necessitam para poder realizar plenamente as suas aspirações individuais, sem ter de recorrer cíclica e cronicamente à emigração.

Por outras palavras: Não produzimos riqueza suficiente para todos, e todas as gerações desde, como referi, há pelo menos dez gerações atrás, se debatem, às vezes mais, às vezes menos resignadas, com esta realidade.

Sei bem que esta não é uma perspetiva otimista, consentânea com os inegáveis progressos alcançados pela república democrática contemporânea em que vivemos, mas acho importante apresentá-la, porque só ela nos pode forjar no espírito o inconformismo que, por sua vez, nos leve a ser capazes de aproveitar as oportunidades que nos oferece a turbulência do presente.

Assim, para um país que chegou atrasado aos dois séculos precedentes e que andou sempre a procurar acompanhar o passo dos outros países da Europa ocidental, sem nunca verdadeiramente o conseguir, o que é fundamental para as nossas opções de hoje é romper com esse destino e não chegar atrasado ao século XXI. Este deve ser o grande desígnio, a grande ambição do país!

Para isso, é crítico compreender para onde vai o século XXI. O que vai ser este século?

Se para o mundo ocidental, o século XVIII foi o século das luzes e do advento da ciência, e o século XIX foi o século da revolução industrial, o século XX foi, no que de mais positivo nos deixou, seguramente o século do Estado social de direito, da sustentabilidade social. Nesta perspetiva, o que dirão os nossos descendentes nos séculos XXII ou XXIII sobre o século em que vivemos?

Não tenhamos dúvidas. Se ainda tivermos descendentes nos séculos XXII ou XXIII é porque o século XXI terá sido designado pelos vindouros como o século da sustentabilidade ambiental e o século da grande descarbonização.

Estamos hoje numa corrida contra o tempo. De acordo com o último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, publicado já este mês de abril, o tempo que temos para não inviabilizar a possibilidade de chegarmos ao final deste século com apenas 1.5 graus celsius a mais, relativamente à linha de base pré-industrial, são 25 meses, ou seja, até ao final de 2025 teremos de chegar ao pique das emissões de gases de efeito de estufa no planeta.

Estamos a contar os MESES! Já não temos anos para contar.

É este o século que temos pela frente. É para a nova economia, a dita economia verde, que seguramente vão transitar, estão já aceleradamente a transitar, os mercados, os consumidores, as marcas e os bens e serviços. Todos dependerão do selo da sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, a boa notícia é que sabemos para onde vai o século. Sabemos que este vai ser o século onde a revolução industrial dos últimos 200 anos (os mesmos anos em que Portugal ficou para trás) dará lugar a uma nova revolução, a revolução ambiental, onde a natureza passará de último para primeiro e será integrada na economia. A natureza, escassa e exígua de hoje, como todas as coisas escassas, tornar-se-á no capital natural das nações e esse capital natural fará parte integrante e decisiva da nossa economia.

É aqui que entra o mar na nossa equação.

O mar, o oceano que une todos os continentes e países é o maior sistema de suporte da vida na Terra. A sua proteção e a sua exploração sustentável e inclusiva vão ser determinantes para conseguirmos impor a desejada sustentabilidade ambiental ao *business as usual* da economia. Sem a primeira não haverá segunda e sem esta não haverá sustentabilidade social. Devemos, pois, redesenhar o paradigma do desenvolvimento sustentável e abandonar a ideia da Cimeira do Rio dos três pilares iguais, porque se olharmos para os últimos 30 anos, sempre que a natureza colidiu com a economia, ganhou a economia. É por isso que chegámos onde chegámos!

Ora, o mar é o principal capital natural do nosso país. Portugal, ao contrário da Suíça ou da Holanda, não é um país rico em capital financeiro, industrial ou manufaturado. No entanto, Portugal é um país rico, mais rico do que os demais países europeus, em capital natural, seguramente em capital natural de origem marinha.

O nosso país necessita, assim, de apostar decisivamente na conservação e no desenvolvimento do seu capital natural e isto pode parecer algo que é relativamente fácil de fazer, mas não devemos iludirmo-nos porque não é. Estamos longe, enquanto país, enquanto Estado e enquanto sociedade civil, de sermos exemplares, ou de estarmos a evoluir na direção certa à velocidade certa.

Apesar de termos cada vez menos população, continuamos a aumentar as áreas urbanas para fora dos limites das nossas cidades e das nossas vilas, ocupando mais solos agrícolas, destruindo árvores, construindo sempre mais e mais. Insistimos erradamente na economia linear e extrativa do passado quando incentivamos e autorizamos novas explorações mineiras. Com os incêndios florestais estamos a ver desaparecer, no espaço de uma geração, o capital natural verde de Portugal. A Serra de Monchique, com florestas centenárias, que era a principal barreira à desertificação acelerada do sul do país, desapareceu quase por completo nos últimos 20 anos. Foi uma tragédia que julgo não foi ainda verdadeiramente percebida pela sociedade portuguesa.

Igualmente, de acordo com um estudo da Universidade do Algarve, encomendado pela Fundação Oceano Azul em 2020, essa região perdeu só nos últimos 20 anos quase 70% dos seus recursos piscícolas, por causa direta da pesca desregulada. Uma destruição de 70% do capital natural marinho do Algarve é extraordinária e deveria suscitar uma reflexão profunda. Até quando vamos pensar que podemos ignorar tamanhas perdas e vamos continuar a fazer depender uma economia de escala industrial, como é a indústria das pescas, numa atividade anacrónica que assenta na mera recolção de recursos naturais, provenientes apenas da biomassa gerada pelo mar? Por outro lado, como explicar que há mais de 30 anos não é feita em Portugal continental uma área marinha protegida com significado?

É necessária uma profunda mudança de mentalidade. Compreender melhor o valor da natureza. Saber interiorizar esse valor, alterando as políticas públicas e os incentivos que continuam hoje a facilitar a sua delapidação. É necessário reformar o Estado, que não consegue responder aos desafios e que necessita reforçar drasticamente a sua ação de conservação da natureza e do oceano. É necessário que as estratégias delineadas cheguem efetivamente à sociedade civil e que esta contribua para as implementar. Que as saibamos consensualizar e interiorizar. O que se ensina em Portugal nas escolas de economia, de direito, ou de arquitetura, por exemplo, sobre o valor da natureza, sobre a necessidade de todos os saberes potenciarem a mudança para a economia verde? Não o suficiente, infelizmente.

Porque é isto importante? Porque se estas ações não forem realizadas, desde a reforma da ação do Estado até ao âmago da sociedade, por mais que falemos em mudança,

e por mais estratégias e políticas públicas que existam, continuaremos a ser dos últimos a mudar e logo chegaremos de novo atrasados ao futuro. Como referi, não seria a primeira vez e não faríamos diferente do que fizeram as últimas gerações. Nem sequer seria, infelizmente, surpreendente. Mas que imagem vamos deixar para a próxima geração? Uma geração que não é uma geração abstrata, de nascituros, mas que é aquela que está capturada nas fotografias dos nossos filhos e netos, que ostentamos nas nossas casas?

Mas desçamos ao concreto, e vejamos quais foram os objetivos estratégicos primordiais de Portugal nos últimos 30 anos. Encontramo-los nos acordos celebrados com a Comissão Europeia relativos aos quadros comunitários de apoio, que renovamos a cada 7 anos. E que objetivos são esses?

São há décadas praticamente os mesmos: apostar na educação e desenvolver a economia, qualificar o trabalho, apostar na ciência e na tecnologia e reformar o Estado. Estão errados? Não estão. Mas são tão válidos para Portugal como o são para a Itália ou para o Burundi. São tão válidos hoje como eram há 30 anos. Ou seja, não conseguimos enquadrar/concretizar os nossos objetivos nacionais no tempo e no espaço. No espaço que é o nosso, do nosso país. Um país que erradamente insiste em comparar-se a países muito diferentes como a Alemanha, ou a França, ao invés de se comparar a países mais semelhantes, em escala e população, como a Bélgica, a Nova Zelândia ou a Israel que fazem escolhas e apostam em estratégias de desenvolvimento concretas.

Onde quero chegar com isto é apelar a que a geografia, que é a principal marca distintiva de Portugal (único país médio continental europeu com apenas um vizinho terrestre) (um país com 40 vezes mais mar do que terra), passe a partir de agora a ser considerada como um critério nas principais opções político-económicas de Portugal.

Com isto, o mar chegaria ao lugar de destaque que deveria alcançar no contexto do século da sustentabilidade ambiental e da descarbonização. Desde logo, porque a nossa geografia é uma geografia avassaladoramente marítima.

E como descer ainda mais ao concreto para sabermos tirar partido da geografia?

O Mar é um fator alternativo que vai ser determinante para descarbonizar a energia, os transportes e a indústria da alimentação. Portugal deve compreender isto. Temos a maior plataforma continental da Europa e temos a tecnologia eólica offshore flutuante para podermos ser grandes exportadores de energia renovável, ao invés de sobrecarregar mais ainda o nosso território terrestre com parques fotovoltaicos de proporções absurdas, sob pena de nos próximos poucos anos destruímos um dos últimos



ativos do nosso capital natural, a paisagem. Hoje há investidores estrangeiros interessados. Apostemos, pois, na eólica flutuante, criando os incentivos necessários, tornando esta indústria competitiva. Com o seu desenvolvimento, Portugal veria uma revolução no seu cluster do mar. Esta aposta significa desenvolver a construção e a reparação naval das frotas de manutenção, significa desenvolver a engenharia naval e o design, significaria desenvolver uma das principais indústrias exportadoras do nosso país: a indústria da metalomecânica.

Nos transportes, Portugal tem menos argumentos no mar pois não temos hoje nem o capital, nem o *know how*, nem sequer já a tradição de termos uma indústria de transporte marítimo com dimensão internacional. Temos, todavia, a nossa forte localização geoestratégica. Deveríamos ter a ambição de fazer de Sines um dos 50 maiores portos do mundo.

Já na alimentação, Portugal apresenta, pela natureza das suas águas, argumentos fortes para ser competitivo ao desenvolvimento da indústria dos bivalves e das algas. Estas proteínas de origem marinha vão ser determinantes na transição das nossas dietas carbonizadoras de hoje para as dietas verdes que vamos ser chamados a adotar. Uma aposta aqui seria fortemente recomendada. As algas, acima de tudo, irão providenciar não apenas proteína de origem vegetal, que vamos necessitar para alimentar 10 mil milhões de seres humanos em 2050, como vão ser a base dos polímeros do futuro, vão servir para a indústria farmacêutica e para a nutracêutica. Poderão gerar biocombustível, sendo que podem ser usadas, igualmente, na biotecnologia dando origem a processos, serviços e produtos de elevadíssimo valor acrescentado.

Aliás, a biotecnologia azul, pelo valor acrescentado que pode gerar e pelas condições que encontramos em Portugal, um país rico em biodiversidade marinha, que é a matéria-prima da biotecnologia, deve ser a aposta número um do país no mar. Um país que desenvolveu fortemente o estudo da ciência e da biologia marinha nos últimos 25 anos e um país que conta com a sua primeira geração de startups de biotech marinha, tem condições para ser o primeiro hub europeu de bioeconomia azul, devendo apostar decisivamente nesta indústria emergente, criando as condições para elevarmos à escala industrial a biotecnologia marinha que hoje se confina ainda e apenas à escala laboratorial. Com uma aposta, destas podemos ser para a biotecnologia azul o que a Nova Zelândia é hoje para a *Agri-tech*, a tecnologia agrícola mundial.

A finalizar, permitam-me voltar aos agradecimentos, agora para as equipas da *Impresa* e da *Caixa Geral de Depósitos*, que tão bem organizaram este evento e para agradecer ao fenomenal Gaspar Varela e Expresso Atlântico pelo momento musical que nos vão proporcionar.

Concluindo,

Muitos dizem que Portugal é um lugar agradável para se viver, mas se não nos resignarmos a ser, se tivermos vontade de nos transcender, se soubermos tirar partido das oportunidades e do potencial que temos, numa altura crucial de mudança universal de paradigma, de mudança de modelo de desenvolvimento económico, se conseguirmos orientar a nossa sociedade nacional (Estado e sociedade civil) na direção do futuro, que é inelutavelmente a da sustentabilidade ambiental, da restauração da natureza e da descarbonização da economia, Portugal tornar-se-á também num lugar admirável.

Estou convicto que é este o desígnio da minha geração. Porque não temos outro e porque devemos querer alterar o legado dos últimos 200 anos, que não é satisfatório e que, se nada mudarmos, vamos deixar à próxima geração.

Para esse desígnio poder ser realizado, é necessário retirar da gaveta do império a geografia avassaladoramente marítima, que lá encerrámos há 50 anos. É necessário mudar a página da nossa relação com o mar imenso que nos tornou no que fomos e que nos pode tornar muito mais pertinentes como nação no século XXI. É necessário saber fazer escolhas, apostar em políticas industriais concretas, onde podemos ter vantagens competitivas comparativas, e onde outros apostaram, por exemplo, na ciber-segurança, ou na tecnologia agrícola, apostarmos nós no nosso capital natural, na restauração da biodiversidade, que é já um ativo no presente. Apostarmos em grande escala na energia eólica offshore, nas novas formas de aquacultura de algas e bivalves. Apostarmos em reduzir a escala industrial da pesca a uma escala sustentável, e ao invés aumentar a escala ainda laboratorial da biotecnologia marinha à escala industrial.

Se fizermos estas apostas hoje, se formos para onde vai o futuro, se nos anteciparmos, quem sabe se em dez anos não poderemos ser a potência marítima que a Noruega é hoje?

Este deve ser o nosso fim último: Tornarmo-nos uma das potências marítimas do novo paradigma do século XXI.

Seguramente que vale a pena tentar.

Muito obrigado pela vossa atenção

**Tiago Pitta e Cunha**